PROJETO DE LEI Nº039/2021, DE 23 DE AGOSTO DE 2021.

DISPOE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA OSVALDO ANTÔNIO LEITE E RUA ADALBERTO CIRINO RODRIGUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica instituído por esta lei a cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente das obras de pavimentação da Avenida Osvaldo Antônio Leite e Rua Adalberto Cirino, numa área pavimentada de 1.385 m² (mil trezentos e oitenta e cinco metros quadrados).

Parágrafo Único – O valor a ser ressarcido através da contribuição de Melhoria decorrente das obras de pavimentação descritas neste artigo, deverá obedecer as disposições da Lei Municipal nº 62/89, artigos 85 e seguintes.

Art. 2º - O valor da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel poderá ser pago em parcela única, até 30 (trinta) dias após o lançamento do tributo, caso em que o valor devido será calculado tão somente com base nos custos dos paralelepípedos e cordões, ou poderá ser pago de forma parcelada em até 60 (sessenta) parcelas, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 508/2001.

Art. 3º - No caso de parcelamento, o valor das prestações será reajustado pela VRM, conforme Lei Municipal n. 487/2001.

Art. 4º - O valor da contribuição de melhoria corresponde a cada imóvel, não pago no vencimento, ficará sujeito ao pagamento de multa, juros e correção monetária, na forma estabelecida no art. 144 da Lei Municipal nº 062/89 e art. 4º da Lei Municipal nº 487/2001.

Art. 5º - Para o lançamento e a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração Municipal, publicará edital, contendo os elementos constantes no art. 95 da Lei Municipal nº 062/89 – Código Tributário Municipal.

Art. 6º - Por ocasião do lançamento, cada contribuinte e ou responsável será notificado do montante da contribuição, da forma, dos prazos de pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Art. 7º - Os proprietários que possuem testadas para uma das vias descritas no art. 1º, serão isentos do pagamento da contribuição de melhoria desde que reste comprovado que o contribuinte não possui condições de efetuar o pagamento, sem que isso importe em prejuízo próprio ou familiar, a ser apurado pela Assistência Social do Município.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1161/2021, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caseiros/RS, 23 de Agosto de 2021.

**LEO CESAR TESSARO,
Prefeito Municipal.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Através do presente projeto, o Município busca autorização legislativa para o lançamento e cobrança da contribuição de melhoria decorrente das obras de pavimentação da Avenida Osvaldo Antônio Leite e Rua Adalberto Cirino Rodrigues.

O Município já havia encaminhado projeto de lei tratando sobre a matéria, quando o projeto de lei somente concedia desconto de 10% para os contribuintes que optassem em fazer o pagamento em parcela única. Porém, após melhor análise, o Poder Executivo encaminha novo projeto de lei, para fim de obter autorização para proceder com a cobrança dos valores referentes apenas aos paralelepípedos e cordões, para os contribuintes que optarem pelo pagamento em parcela única, até 30 (trinta) dias após o lançamento do tributo, forma igual adotada na cobrança de obras executadas em períodos anteriores.

De todos os tributos municipais, talvez este seja o mais justo, no sentido de que é evidenciado a valorização patrimonial do imóvel beneficiado com a obra pública, que são efetivamente os valores cobrados dos contribuintes.

Além da valorização que o imóvel recebe com a obra pública, outro benefício direto que se evidencia é a qualidade de vida das famílias que convivem com o pó e o barro em frente as suas residências.

Desta forma, a obra pública traz benefícios muito significativos aos proprietários dos lotes beneficiados, sendo o recurso cobrado pelo município como contribuição de melhoria utilizado para fomentar novas obras, em locais ainda não contemplados, fazendo com que a cidade receba melhorias constantes, estendendo o benefício de forma contínua em todo território urbano e rural.

São estas, resumidamente, as justificativas que o Poder Executivo encaminha a essa Casa Legislativa, buscando a competente autorização, nos termos deste Projeto de Lei, ao qual solicitamos apreciação e aprovação pelos nobres Edis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caseiros/RS, 23 de Agosto de 2021.

LEO CESAR TESSARO,

Prefeito Municipal.